grupo parlamentar

**Intervenção do Deputado José Andrade**
**no debate parlamentar da proposta de Plano e Orçamento**
**da Região Autónoma dos Açores para 2014**
Horta, 28 novembro 2013

Senhora Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Uma palavra para a Diáspora, duas para a Cultura e três para a Comunicação Social na apreciação setorial do Plano de 2014.

Para as **COMUNIDADES AÇORIANAS**, este Plano não traz nada de novo.

Nas opções, o Plano afirma uma continuidade preguiçosa.

Mantém as mesmas ações, os mesmos projetos e os mesmos programas de 2009, de 2004 e até de 1999. Não há novidade digna de registo desde a organização do "Congresso das Comunidades Açorianas", que terminou em 1995, ou desde a implementação do "Conselho Mundial das Casas dos Açores", que começou em 1997.

Este é um plano sem inovação.

Nas dotações, o Plano confirma um desinvestimento incoerente.

Em "Identidade Cultural", o investimento era de 800.000 euros há 15 anos, 900.000 euros há 10 anos e 1 milhão de euros há 5 anos. Mas caiu para 300.000 euros, com este governo, no Plano de 2013 e no Plano de 2014. Parece um problema de dupla personalidade. O governo que garante, no seu programa, que "**reforçará a cooperação** com as comunidades açorianas" é o mesmo governo que regista, no seu plano, um **desinvestimento de 70%**.

Este é um plano sem ambição.

A Diáspora Açoriana merece mais.

É preciso consolidar a nossa identidade cultural lá fora. Com inovação e com ambição.

E é preciso exercitar a nossa dinâmica cultural cá dentro. Com estratégia e com responsabilidade.

A **CULTURA** oficial nos Açores gasta muito e anda pouco.

Três grandes obras nas três maiores cidades confirmam a tendência para uma política de "mãos largas" a "passo de caracol".

Na Ribeira Grande, o **Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas** foi anunciado para 2010 mas só em maio de 2011 é que foi adjudicado. Custava 12 milhões de euros e terminaria no primeiro semestre de 2013. Afinal, não só ainda não está concluído como já sofreu uma derrapagem financeira de quase meio milhão de euros.

Em Angra do Heroísmo, a nova **Biblioteca Pública e Arquivo Regional** foi anunciada em 1997 mas só foi iniciada em 2009, com 12 anos de atraso. Começou com um orçamento de 13 milhões de euros mas já registou 5 derrapagens financeiras, incluindo trabalhos a mais de quase 2 milhões de euros. Como se não bastasse, a obra está estagnada, inacabada e degradada, há mais de um ano.

Em Ponta Delgada, o núcleo sede do **Museu Carlos Machado** no Convento de Santo André está encerrado ao público há mais de 2.500 dias para obras que, afinal, nem sequer se vão realizar. Pelo caminho, foram pagos prémios de 100.000 euros aos cinco concorrentes e o último projeto foi adjudicado por 400.000 euros para coisa nenhuma. Como se não bastasse, o governo está agora a gastar mais de 50.000 euros para remediar a degradação do edifício que resulta simplesmente do facto do governo o ter fechado há mais de 7 anos!

Esta **política de cultura** ilustra uma **cultura política** de gastar, gastar muito, gastar mais do que previsto e não cumprir os prazos estabelecidos nem cumprir os compromissos assumidos.

Quando há tantas pessoas com tantas dificuldades, custa tanto assistir a tanto desperdício de tempo e dinheiro…

Senhoras Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

A Diáspora e a Cultura formam um triângulo virtuoso com a Comunicação.

A **COMUNICAÇÃO SOCIAL** dos Açores, pública e privada, precisa e merece respostas capazes de vencer as suas dificuldades para cumprir as suas responsabilidades.

O serviço público de rádio e televisão é mesmo indispensável nos Açores. Por ser estruturante e por ser estratégico.

Estruturante, porque reúne as ilhas na consciência de região como causa e efeito do desenvolvimento regional.

Estratégico, porque afirma a nossa realidade no território nacional e projeta a nossa identidade na diáspora transatlântica.

Mas o serviço público de rádio e televisão, tal como hoje é prestado nos Açores, não satisfaz. Tem constrangimento e sofre desinvestimento.

Tem um constrangimento próprio da falta de autonomia de decisão administrativa e financeira que condiciona a capacidade de gestão operacional e, portanto, editorial.

Sofre um desinvestimento responsável por instalações desadequadas, equipamentos desatualizados, profissionais desajustados.

As coisas não podem continuar como estão.

É preciso refundar o serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Em primeiro lugar, importa assumir a sua **missão estratégica**.

- Deve produzir e emitir informação e programas sobre todas as ilhas e para todas as ilhas, através de canais próprios de rádio e de televisão.

- Deve contribuir para melhor integração e maior promoção dos Açores no território nacional, designadamente através da produção de conteúdos para todos os canais do Grupo RTP.

- Deve assegurar uma permanente ligação nos dois sentidos entre os Açores e a diáspora açoriana, seja disponibilizando o seu sinal nos Estados Unidos e no Canadá, seja recebendo conteúdos e investimentos oriundos das nossas comunidades.

Em segundo lugar, impõe-se garantir o **modelo operacional**.

- Deve estar sedeado na Região Autónoma dos Açores.

- Deve ter estruturas modernizadas em S. Miguel, na Terceira e no Faial.

- Deve contar com meios adequados em Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Corvo.

Em terceiro lugar, convém definir a **estrutura empresarial**.

- Deve ser constituída uma entidade autónoma, com enquadramento constitucional, participada pelo Estado e pela Região, associada ao Grupo RTP.

- Deve ser considerada como principal participação da Região a Contribuição Audiovisual que já é cobrada nos Açores.

- Deve ter gestão partilhada regional/nacional e capacidade de aproveitamento dos programas operacionais da União Europeia para modernização indispensável e urgente dos seus meios técnicos e humanos.

O PSD/Açores tem a sua proposta para o futuro – de curto ou médio prazo – do serviço público de rádio e televisão na nossa Região.

Seja ou não coincidente com o Governo Regional ou com o Governo da República, temos uma proposta e ela é coerente com o nosso programa eleitoral de governo.

Não se pode criticar a oposição por não apresentar propostas e criticar a oposição pelas propostas que apresenta.

Todos temos a obrigação de contribuir para uma solução de consenso em benefício de uma questão de regime.

E devemos fazê-lo com sentido de responsabilidade.

Uma coisa é defender a Autonomia. Outra coisa é fazer demagogia.

O futuro do serviço público de rádio e televisão justifica e exige que todos se entendam.

Pela nossa parte, sobre esta matéria, não temos dúvidas.

Os Açores são a nossa certeza!